

# "O JOÃO FUMA MAIS DO QUE O PEDRO" – UM EXERCÍCIO DE ANÁLISE SEMÂNTICA

Roberta Pires de OLIVEIRA<sup>1</sup>

Renato Miguel BASSO<sup>2</sup>

Luisandro Mendes de SOUZA<sup>3</sup>

■ **RESUMO:** O presente artigo discute qual é o fenômeno semântico responsável pela pluralidade de interpretações de sentenças comparativas verbais como 'João fuma mais do que Pedro'. Três possibilidades são examinadas: ambigüidade, vagueza e indeterminação, por meio de uma análise crítica desses conceitos que são fundamentais em semântica. Conclui-se mostrando que o fenômeno em questão é indeterminação, conceito que não se confunde com o de subdeterminação, e é definido como a presença, na forma lógica, de uma variável cujo domínio é contextualmente dado. Por fim, são considerados outros fenômenos, em particular a interpretação anafórica de alguns pronomes e de sentenças modais, que também apresentam indeterminação.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Semântica. Ambigüidade. Vagueza. Indeterminação.

<sup>1</sup> Departamento de Língua e Literatura Vernáculas – UFSC – Campus Trindade. CEP: 88040-970. Florianópolis, SC, Brasil. pires@cce.ufsc.br

<sup>2</sup> Pós-Graduação em Linguística – UNICAMP. rmbasso@gmail.com.

<sup>3</sup> Pós-Graduação em Linguística – UFSC – Campus Trindade. CEP: 88040-970. Florianópolis, SC, Brasil. Mendesouza21@yahoo.com.br

## Introdução

O objetivo deste trabalho é explicitar o raciocínio que permite detectar, com algum grau de segurança e objetividade, que tipo de fenômeno é responsável pelas inúmeras interpretações possíveis de uma sentença aparentemente tão banal quanto:

(1)O João fuma mais do que o Pedro.

Para (1), podemos ter, entre outras mais ou menos salientes, as seguintes interpretações:

(1a)O João fuma mais tempo do que o Pedro (ele passa mais tempo fumando). – interpretação A

(1b)O João fuma mais cigarros (quantidade de cigarros) do que o Pedro. – interpretação B

(1c)O João fuma mais tipos de cigarros (cigarro de filtro, charuto, cigarro de palha, narguilê etc.) do que o Pedro. – interpretação C

(1d)João fuma há mais tempo do que o Pedro (ele começou a fumar antes de Pedro). – interpretação D

Podemos ter interpretações que combinam A, B, C e D, gerando, no total, 15 possibilidades. Não parece ser viável que, ao interpretarmos uma sentença como (1), nosso processador lingüístico leve em conta todas essas interpretações e tenha que checar cada uma delas para decidir qual o falante quer transmitir. É de se esperar que a interpretação de uma sentença seja restrita pelo contexto; além de haver uma interpretação preferencial, *default*, menos marcada contextualmente. Mas essa constatação não resolve o problema de que tipo de fenômeno é este que gera essa enorme quantidade de interpretações para uma sentença tão simples quanto (1).

A literatura tem se colocado essa mesma questão com relação a diferentes fenômenos semânticos, mas a resposta nem sempre é clara. Não seria difícil encontrarmos lingüistas que afirmariam que em (1) estamos diante de um fenômeno de ambigüidade; outros poderiam dizer que é um caso de vagueza; finalmente, haveria outros que diriam se tratar de

indeterminação. Esperamos mostrar que uma análise mais detalhada da sentença (1) e de fenômenos como ambigüidade, vagueza e indeterminação nos permitem justificar que o fenômeno em questão é indeterminação. Veremos inicialmente algumas características de sentenças como (1), e nas seções abaixo trataremos dos fenômenos mencionados.

A sentença (1) é o que podemos chamar de sentença comparativa verbal, e não há, na literatura sobre comparação, análises de sentenças como (1). Em geral, trabalhos como os de KLEIN (1991), STECHOW (1984) e outros se limitam a casos de comparação adjetival (cf. MENDES DE SOUZA, 2006). Apesar de ser negligenciado, esse tipo de estrutura comparativa levanta questões muito interessantes, entre elas o problema central deste texto.

Uma primeira constatação é que nem todas as sentenças comparativas verbais apresentam o mesmo comportamento com relação à possibilidade de disparar um número grande de interpretações. Para evitar interferência do tempo e do aspecto verbal, vamos mantê-los constantes. A sentença em (2) pode, como (1) receber muitas leituras:

(2) João corre mais do que Pedro.

Essa sentença pode receber as seguintes interpretações: (a) João é mais rápido do que Pedro (mais tecnicamente, o grau ou intensidade da velocidade de correr de João é maior do que esse grau de Pedro); (b) João corre mais vezes, participa mais de corridas do que o Pedro; (c) João fica mais tempo correndo do que o Pedro; (d) João corre mais longe do que Pedro. Podemos ainda combinar essas leituras (a, b, c, d). Note que (1) e (2) são sentenças de atividade. Tomemos, contudo, a sentença (3) abaixo:

(3) João constrói mais casas que Maria.

Algumas das interpretações que tínhamos para (1) e (2), como intensidade ou velocidade, não se aplicam (com essa sentença não podemos dizer que João constrói casas mais rápido do que Maria, ou mais intensamente); mas, por outro lado, temos interpretações que não tínhamos para (1) e (2): (a) Os eventos de construção de casa que João participou foram mais do que os eventos que Maria participou; (b) O número de

casas que João constrói é maior do que o número de casas que a Maria constrói. Imaginemos um contexto em que João e Maria são dois empreiteiros que participam de obras de construção de casas populares. A interpretação (a) se refere a eventos de *construir casas*, João participou de mais eventos de construir casas do que Maria, mas não é o caso que João, necessariamente, tenha construído mais casas que Maria (João participou de 3 grandes obras que, juntas, construíram 20 casas, mas Maria participou de 2 grandes obras, e número de casas construídas foi 30). A interpretação (b) se refere a número de casas construídas (por exemplo, João construiu 10 casas e Maria, 5). Há uma terceira possibilidade que combina (a) e (b): João participou de mais eventos de construção de casas do que Maria e também construiu mais casas do que ela.

Por sua vez, uma sentença como:

(4)Schumacher vence mais corridas do que Rubinho,

diferentemente das sentenças que vimos, não possibilita uma enorme quantidade de interpretações. De fato, o que temos aqui é apenas a comparação do número de corridas ganhas (algo muito próximo, *mutatis mutandis*, de (3b)).

Temos ainda, por fim, sentenças como:

(5)João ama mais a Maria do que o Pedro.

(6)João tem mais dor de cabeça que o Pedro.

A única possibilidade de interpretação para (5) é a comparação entre graus de amor, isto é, uma leitura de intensidade. Já em (6) podemos ter: (a) a intensidade da dor de cabeça de João é maior do que a de Pedro; (b) João tem mais vezes dor de cabeça do que o Pedro; (c) O estado de dor de cabeça de Pedro permanece por mais tempo do que o de João.

Ao leitor mais atento, não passará despercebido que a variável que alteramos nos exemplos foram as classes vendlerianas (VENDLER, 1967), que dividem os verbos conforme respondem a certos adjuntos e inferências. Para uma teoria que tenha como objetivo abarcar as comparativas verbais, não há dúvida de que uma tarefa a ser feita é explicar o comportamento

diferenciado dos verbos quanto à possibilidade de receber uma ou várias interpretações, e quais são essas possibilidades. Mas este passo só pode ser dado depois de entendermos diante de qual fenômeno estamos, o objeto de estudo deste artigo: Que fenômeno está exemplificado na sentença (1)?

Nas seções abaixo, trataremos de três fenômenos lingüísticos (e filosóficos) que nos parecem ser bons candidatos para dar conta de sentenças como (1). São eles, na ordem em que os trataremos, ambigüidade, vagueza e indeterminação.

## **Ambigüidade**

A ambigüidade não apenas recebeu várias definições, mas foi objeto de muita disputa teórica. Kempson, por exemplo, define a ambigüidade através da idéia de que uma sentença ambígua isola diferentes estados de coisas no mundo: “uma sentença é ambígua se e somente se ela pode ser verdadeira em estados de coisas muito diferentes” (KEMPSON, 1977, p.40). Uma definição como essa nos obriga a dizer o que significa exatamente ser verdadeira em estados de coisas “muito” diferentes? *Quanto* uma situação precisa ser diferente de outra para termos certeza de que se trata de sentenças com sentidos distintos? Como uma primeira aproximação, essa definição irá nos guiar ao longo desta seção.

A literatura sobre o tema costuma distinguir três tipos de ambigüidade: a ambigüidade lexical, a sintática e a semântica<sup>4</sup>. Considere, por exemplo, a sentença:

(7) João está procurando o macaco.

No Português Brasileiro (PB de agora em diante), o item lexical ‘macaco’ pode receber duas interpretações distintas e desconectadas: uma que remete ao reino animal e outra, ao domínio das ferramentas. Este é um exemplo de ambigüidade lexical. De fato, a sentença pode ser verdadeira em duas situações claramente diferentes: 1. se João está procurando um certo animal, um macaco; e 2. se João de fato está procurando uma certa

<sup>4</sup> Há ainda autores que falam de ambigüidade pragmática, mas nada diremos sobre ela. Encontramos em TRASK (2004, p.28-29) uma oposição entre, de um lado, a ambigüidade lexical, e, de outro lado, as ambigüidades sintática e semântica, por ele chamada de ambigüidades estruturais.

ferramenta para levantar o carro, um macaco. Assim, cada uma dessas interpretações estabelece relações de hiponímia distintas: em 1. macaco e animal; em 2. macaco e ferramenta.

É evidente que o fenômeno presente em (1) não é uma ambigüidade lexical, dado que as diferentes interpretações suscitadas não são disparadas pelo fato de que algum dos itens lexicais que a compõem tem mais de um sentido. Na verdade, em (1), todos os itens lexicais têm sempre o mesmo sentido.

Um outro tipo de ambigüidade é a estrutural ou sintática, que pode ser entendida como: "uma seqüência de palavras que pode ser analisada (subdividida) em sintagmas de vários modos. Exemplo: *Homens ou mulheres em forma*

\* [homens ou mulheres] em forma (=homens em forma ou mulheres em forma)

\* homens ou [mulheres em forma] (=mulheres em forma ou homens)." (CHIERCHIA, 2000, p.68)

Um outro exemplo é a sentença (8) abaixo:

(8) João falou com a Maria no telefone.

A sentença (8) pode ser verdadeira se o João conversou com a Maria *através* do telefone; ou se João conversou com a Maria enquanto *ela* estava no telefone; ou se João conversou com a Maria quando *ele* estava no telefone. Mais uma vez, estamos diante de três estados de coisas distintos no mundo. Além disso, a cada uma dessas interpretações está associada uma análise estrutural específica, isto é, as palavras se combinam diferentemente<sup>5</sup>.

No entanto, temos também que afastar essa possibilidade como uma explicação plausível para a variabilidade de interpretações de (1), porque essas diferentes interpretações não podem ser explicadas por diferentes arranjos combinatórios. Ao contrário, o arranjo combinatório da sentença em (1) é o mesmo nas suas diversas leituras e que pode ser representado, numa primeira aproximação, como:

---

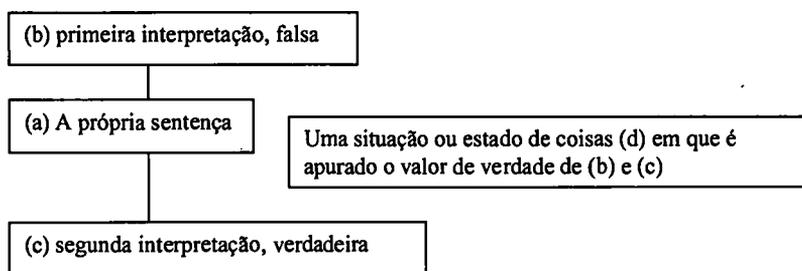
<sup>5</sup> Grosso modo, teríamos o seguinte: João falou (no telefone) com a Maria; João (no telefone) falou com a Maria; João falou com a Maria (no telefone).

(1') Há um grau  $d$  tal que João tem o grau  $d$  relativamente a atividade de fumar e este grau é maior que o grau  $d_1$  relativamente a atividade de fumar que Pedro tem.

Resta a chamada ambigüidade semântica. Chierchia a define negativamente: “Ambigüidade semântica: tipos de ambigüidade sistemática não redutíveis à polissemia ou à ambigüidade sintática.” Essa definição deixa a desejar no mínimo porque ela apaga a distinção entre a ambigüidade semântica e a pragmática, defendida por alguns lingüistas. O autor continua: “[a ambigüidade semântica] Inclui a ambigüidade devida ao fato de que os pronomes podem ter diversos antecedentes. Exemplo: todo homem gostaria de matar seu pai, onde o antecedente de “seu” pode tanto ser todo homem quanto algum indivíduo com realce no contexto extralingüístico.” (CHIERCHIA, 2000, p.68)

Com certeza, o problema levantado em (1) não é um problema de anáfora, mas isso não significa que ele não possa ser um caso de ambigüidade semântica, porque os fenômenos mais representativos da ambigüidade semântica são, na verdade, os casos de escopo de operadores; casos que Chierchia não menciona na definição, mas que ele apresenta ao longo do capítulo em que discute o tema.

Uma definição mais precisa de ambigüidade semântica pode ser encontrada em Ilari (1997) que, confrontado com o problema de diferenciar vagueza (cf. seção abaixo) de ambigüidade, propõe para essa última uma “máquina debulhadora”:



Dada uma sentença problemática (a), exija para declará-la ambígua que, numa determinada situação (mundo possível, estado de coisas...) que sua interpretação (b) seja verdadeira, e sua interpretação (c) seja falsa. (ILARI, 1997, p.58)

Podemos ver um exemplo dessa máquina em funcionamento tomando

como exemplo casos com operadores, que são elementos da língua que geram sentenças de sentenças. Considere-se, por exemplo, o caso do 'não', na sentença abaixo<sup>6</sup>:

(9) João não terminou sua dissertação.

O que este elemento faz é negar a sentença 'João terminou sua dissertação'; em outros termos: o operador de negação 'não' toma uma dada sentença e gera o seu oposto. Nesse caso, ele opera sobre a sentença como um todo, o que é formalmente capturado colocando esse elemento diante do segmento sobre o qual ele atua:

(10) não (João terminou sua dissertação).

Neste caso, o 'não' tem escopo sobre a sentença 'João terminou sua dissertação'. Escopo é, então, o alcance da operação indicada pelo operador. Pode acontecer de mais de um operador operar sobre uma mesma sentença, resultando num caso de ambigüidade semântica, pois um operador pode tomar o outro como escopo e *vice-versa*. Na sentença abaixo, temos dois operadores, 'não' e 'de novo':

(11) A Maria não está grávida de novo.

Vamos submetê-la à "máquina debulhadora" de Ilari. Para a máquina funcionar é preciso alimentá-la com uma situação. Suponha que a situação (d) é a seguinte: os interlocutores sabem que a Maria, desde que casou, tem tentado engravidar, mas nunca teve sucesso. Ela acabou de fazer um novo teste de gravidez e o marido profere a sentença em (11) após confirmar o resultado do exame.

Precisamos, então, explicitar as duas leituras de (11). Há uma interpretação, a interpretação (a), em que se afirma que a Maria já ficou grávida antes, mas não é o caso que ela esteja grávida mais uma vez, representada em (12) abaixo:

<sup>6</sup> Outros exemplos operadores são: operadores de tempo ('ontem'), de negação ('não', 'nunca'), de quantificação ('sempre', 'todos'), de modalidade ('pode', 'deve'), entre outros.

(12) Não (de novo (a Maria está grávida))

E há uma outra interpretação, (b), em que se afirma que mais uma vez não é o caso que a Maria está grávida, representada abaixo:

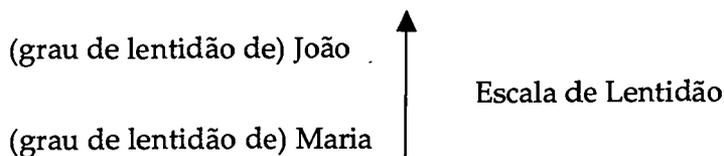
(13) De novo (não (a Maria está grávida))

Nos casos de ambigüidade, uma mesma cadeia sonora refere-se a duas “coisas” diferentes no mundo. Se submetermos essas duas interpretações à máquina semântica alimentada com a situação (d), obteremos que a interpretação (a) é falsa e a interpretação (b) é verdadeira. Assim, demonstramos que a sentença em (11) é ambígua.

Os diferentes sentidos de (1) podem ser explicados via ambigüidade semântica? Um primeiro passo para responder a essa questão é notar que há um operador nessa sentença, o ‘mais’. Para entendermos melhor o que se passa com essa sentença, vejamos um exemplo prototípico de estrutura comparativa:

(14) O João é mais lento do que a Maria.

Uma boa maneira de representar a interpretação de (14) é através de “escalas” em que estão representados “graus”. Por exemplo, há uma escala de lentidão e o grau de lentidão do João é comparado ao grau de lentidão da Maria, sendo atribuído a cada um deles um valor distinto, posicionando-os diferentemente na escala. Em (14), especificamente, afirma-se que o grau de lentidão de João é maior do que o da Maria, em outras palavras, a lentidão do João está acima da lentidão da Maria na escala de lentidão:



O ‘mais’ estabelece uma relação de ordenação: ele afirma que um grau de algo é maior do que outro grau do mesmo algo. Não há, no entanto,

outro operador presente nessa sentença. Podemos atribuir-lhe a seguinte forma semântica:

(15)O grau de lentidão de João é maior do que o grau de lentidão da Maria.

As sentenças (14) e (1) são próximas, sendo a diferença marcante entre as duas a presença de um adjetivo em (14), e de um verbo, 'fumar', em (1). Em (1), estamos, pois, comparando graus da atividade de fumar, o de João e o de Pedro, algo como:

(16)O grau da atividade de fumar de João é maior do que o grau da atividade de fumar de Pedro.

Não há, na forma semântica da sentença em (1) (ou em (14)) nenhuma indicação de que estamos diante de um problema de escopo entre operadores; há apenas um operador. Não se trata, portanto, de um caso de ambigüidade gerada por escopo de operadores.

Mesmo assim, baseando-se na definição mais ampla de ambigüidade oferecida por Kempson, se poderia argumentar que as interpretações atribuídas a (1), descritas de (1a) a (1d), apresentam estados de coisas diferentes no mundo; sendo assim essa sentença seria, de uma forma talvez diferente das apresentadas acima, ambígua. Vamos, então, passar essa sentença pelo crivo da máquina semântica de Ilari.

O primeiro passo é determinar uma situação: suponha que se esteja falando sobre a possibilidade de João ou de Pedro terem câncer de pulmão e que se comparem os seus hábitos de fumantes para afirmar que João tem maior probabilidade de desenvolver câncer de pulmão. Suponha as interpretações em (1a) e (1b). Se as passarmos pela máquina, podemos obter para elas o verdadeiro. Logo, temos uma evidência de que não se trata de um caso de ambigüidade.

Poderíamos pensar que a sentença (1) não passou no teste, porque a situação não era específica o suficiente. Consideremos então uma situação extremamente específica: a sentença (1) é resposta para "Quem fuma há mais tempo?" Embora a interpretação (1d) seja a mais exata enquanto resposta para a pergunta, as demais não são necessariamente falsas nessa

situação, elas podem ser todas verdadeiras. Logo, mais uma vez, temos evidência para afirmar que não se trata de ambigüidade.

Duas questões podem se colocar, a partir da argumentação acima: a) quão diferente os estados de mundo têm que ser para que possamos afirmar com relativa segurança que estamos diante de ambigüidade?; b) existe outro fenômeno lingüístico que se deixa capturar pela definição de ambigüidade dada por Kempson?

Podemos pensar numa especificação da semântica de tal forma que para cada uma das interpretações de (1), ou de (17), abaixo, só haja uma (única) situação no mundo que a torne verdadeira. Mas se admitimos essa estratégia, para salvar a hipótese de que (1) é ambígua, acabamos por tornar trivial a noção de ambigüidade, porque, nesse sentido, toda e qualquer sentença da língua seria ambígua. Nessa perspectiva, uma sentença como (17) seria ambígua:

(17)Tem um gato em cima do telhado.

Suponha que ela é proferida num fundo conversacional tal que é claro de que telhado se está falando: o telhado da casa do falante. Mesmo assim, essa sentença é verdadeira em inúmeras situações diferentes: o gato pode ser malhado, preto, branco, angorá, vira-lata, siamês, saudável, filhote, velho, fêmea, macho; a posição do gato no telhado também não está indicada, ele pode estar na ponta esquerda, na ponta direita, no centro... esses e ainda inúmeros outros detalhes do “mundo” constituem elementos que caracterizam diferentes situações: pode estar chovendo, fazendo sol, a casa pode ter dois andares, ser térrea... Especificar, na semântica da sentença, todas essas particularidades não é apenas tarefa árdua, é inviável.

O que se perde é a intuição de que todas essas situações podem ser descritas como situações de haver um gato em cima do telhado. Em outros termos, todas elas são cobertas pelo proferimento da sentença em (17), porque essa sentença, como qualquer outra da língua, descreve um *esboço* de mundo. Ela é subdeterminada. De modo mais preciso, o que uma sentença faz é dividir as situações do mundo em duas partes: a parte que contém as situações em que a sentença é verdadeira, e a outra parte que contém as situações em que a sentença é falsa, sendo inúmeros ambos os tipos de situação. Sentenças ambíguas diferem na maneira como elas fazem, no mundo, a divisão entre verdadeiro e falso.

A confusão ocorre porque Kempson fala em situações muito diferentes, restando-nos, então, o problema de definir *quão* diferente uma situação precisa ser de outra para que uma sentença possa ser ambígua. Essa questão desaparece se considerarmos que uma sentença descreve uma situação-tipo, uma situação genérica que cobre inúmeros casos. A sentença em (1) descreve uma situação-tipo em que, de alguma maneira, o tanto que João fuma é maior do que o tanto que o Pedro fuma. Já uma sentença ambígua, como (11), 'A Maria não está grávida de novo', descreve duas situações-tipo: numa a Maria já ficou grávida antes, na outra, ela nunca ficou grávida antes. É por isso que a máquina debulhadora funciona para (11), mas não para (1).

Uma outra maneira de chegar ao mesmo resultado é notar que sentenças ambíguas têm formas lógicas diferentes, cada uma delas representando um estado-tipo de mundo<sup>7</sup>. Ora a uma sentença, uma expressão lingüística na sua superficialidade, por assim dizer, podem corresponder duas ou mais formas estruturais (sintáticas, semânticas) distintas: é o caso de todas as sentenças ambíguas que analisamos. Esse não é, contudo, o caso da sentença em (1). A essa sentença pode ser atribuída a estrutura em (16). Neste caso, a sentença afirma que se estão comparando graus da atividade de fumar, mas não precisa qual é a escala que está sendo adotada: é a escala de quantidade de cigarros? Ou a escala de tempo de fumante? Ou a escala de eventos de fumar? Logo, essa sentença não é ambígua, mas subdeterminada.

Em suma, a ambigüidade, assim como a subdeterminação, refere-se a estados de coisas diferentes, porém, ao contrário da subdeterminação, que não apresenta essa característica, a ambigüidade requer diferentes (re)arranjos dos elementos de uma sentença (por exemplo, seus operadores) para que ela se refira a estados-tipo de coisas, ou então requer que ao menos um dos elementos da sentença possua mais de um sentido (ambigüidade lexical), levando, mais uma vez, a estados-tipo de coisas distintos.

Há, sim, outros fenômenos lingüísticos que respondem por uma mesma sentença poder se referir a diferentes estados de mundo além da ambigüidade – a subdeterminação, por exemplo. Essa é uma das razões que sustentam a afirmação de que a definição de Kempson não é adequada. Nas próximas seções, veremos outros fenômenos que também podem ser

---

<sup>7</sup> Também nesse caso, a definição de Kempson é demasiado frouxa, porque ela fala sobre "uma sentença", sem se preocupar em definir que entidade teórica é a sentença.

caracterizados como referindo a diferentes estados de coisa no mundo, também com o intuito de verificar se eles dão conta do que acontece em (1).

## Vagueza

Segundo as definições clássicas, a vagueza compartilha com a ambigüidade o "inconveniente" de produzir recortes conceituais da realidade pouco confiáveis, mas o faz por razões diferentes: o que caracteriza as expressões vagas é o fato de terem um sentido em princípio único, que é insuficientemente determinado. (ILARI, 1997, p.56).

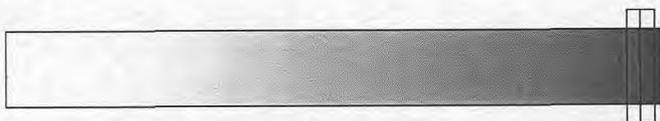
Olhando apenas para essa definição de Ilari podemos supor que a sentença em (1) é vaga. Antes de aceitarmos essa conclusão, vamos investigá-la, já que a vagueza é também um tópico espinhoso, que suscita muita discussão na filosofia, na lingüística e em áreas afins. Essa noção envolve a idéia de limites (*boundaries*), de casos limite, e, mais do que isso, limites nada precisos, que não permitem, sem estipulação, que se estabeleça precisamente o ponto em que há transição clara entre eles. Em outras palavras, "a vague word admits of borderline cases, cases of which the word is neither definitely true nor definitely false" (SAINSBURY, 1988, p.26).

Basta pensar, por exemplo, se há um limite entre algo que é (ou pode ser considerado como) um monte de areia e algo que não é um monte de areia; em outras palavras, quantos grãos de areia são necessários para termos um monte de areia? Esse limite não é claro, assim como não há um limite claro que separe as pessoas altas e as pessoas que não são altas, e entre aquelas pessoas que são e as que não são calvas. Pode ser óbvio dizer de alguém que tenha, por exemplo, 100 mil fios de cabelo que esse alguém não seja calvo, e de alguém que tenha três fios de cabelo, que seja alguém calvo; o que dizer quando se trata de alguém que tenha mil fios de cabelo? E 1001? E 999? Chegamos a um ponto em que os limites não são precisos e estabelecê-los, se necessário, será o resultado de uma operação contextual e cognitiva.<sup>8</sup>

<sup>8</sup> O parágrafo deixa um problema, ainda sem solução, em aberto: seria a vagueza uma questão lingüística? São as palavras que são vagas? Ou seria a vagueza uma questão do mundo? Os objetos no mundo são vagos. A vagueza é algo da língua, das descrições lingüísticas ou existem realmente objetos vagos no mundo? Ou, colocado de outra forma, um termo vago designa algo vagamente ou designa um algo vago? Há defensores de ambas as posições e, apesar de assinalá-lo, não entraremos aqui nesse debate.

O contexto pode ser decisivo para o uso e as condições de verdade de uma expressão vaga. Suponha que o falante profira, 'ele é alto', apontando para alguém que tenha 1m80 de altura, e diga isso tendo como fundo um grupo de jogadores de basquete. Nessa situação, uma resposta plausível pode ser: 'não, ele não é alto (exatamente, porque o parâmetro de comparação são jogadores de basquete)'. No entanto, se dissermos 'ele é alto' apontando para a mesma pessoa em questão, que tem 1m80, e estivermos agora levando em conta a altura média dos brasileiros, tenderemos a concordar com a sentença. Ou, ainda mais drasticamente, se dissermos o mesmo de tal pessoa, mas estivermos agora entre pigmeus, a resposta será 'sim, ele é claramente alto'.

O problema também é cognitivo na medida em que as palavras vagas têm uma relação estreita com a categorização que fazemos do mundo, e um bom exemplo disso é o seguinte paradoxo abaixo: Tome um espectro de cores contínuo, que vai do preto ao branco. Coloque sobre ele um dispositivo que tenha duas janelas, uma do lado esquerdo e outra do lado direito. Esse dispositivo é de um tamanho tal que a cor mostrada do lado esquerdo é igual a do lado direito e ele move-se sobre o espectro indo do preto para o branco, certamente de maneira muito lenta. Logo, ou todo o espectro é preto ou ele não é nada preto.



Podemos facilmente pensar em palavras vagas, que por sua vez possibilitam contextos vagos. Tomemos como exemplo a palavra 'criança'. Suponha essa palavra sendo usada para se referir a João, que tem 16 anos:

- (18) João ainda é uma criança, não pode dirigir.
- (19) João não é mais criança, já pode votar.
- (20) João é criança para ver filmes pornográficos.

Em outras palavras, como decidir quando alguém deixa de ser uma criança? Suponha a palavra 'pouco':

(21a) 100 cadeiras é pouco para uma faculdade.

(21b) 100 cadeiras não é pouco para uma casa.

(21c) 100 (e 101, e 102, e 103...) cadeiras é pouco para uma loja manter em estoque?

Como decidir o que é pouco, mesmo levando em conta um contexto claro? O mesmo raciocínio vale para 'muito'. Considere a temperatura de 20 graus Celsius:

(22a) Faz muito calor para acender a lareira.

(22b) Não faz muito calor para ir para a praia.

(22c) Faz muito calor para ligarmos um ventilador?

De fato, para certo espanto, praticamente qualquer palavra de qualquer língua é vaga, ainda que de formas diferentes<sup>9</sup>.

Como já aludimos, uma palavra vaga pode ser mais bem definida se soubermos o contexto em que é empregada. Alguém é baixo em relação aos brasileiros médios do sexo masculino, cuja idade varia entre 20 anos e 30 anos, se tiver 1m50 de altura. Mas será que alguém com 1m51 ou com 1m49 é ainda baixo? Mesmo levando em conta o contexto preciso, essas variações ainda persistem indefinidas: a vagueza se mantém.

Vagueza é distinta de ambigüidade, mas vejamos a distinção com um outro exemplo. Considere, por exemplo, contextos interrogativos. A ambigüidade possibilita que uma única sentença pergunte duas ou mais coisas diferentes, como em 'você tem um macaco?' – o falante quer saber se o ouvinte tem: 1. um instrumento para trocar pneu; ou 2. um animal? Na maior parte dos casos, a ambigüidade se resolve no contexto. Uma sentença interrogativa que envolva vagueza, mesmo que a consideremos em um contexto determinado, possibilita apenas uma pergunta: 'João é alto?' pergunta apenas uma coisa, embora a resposta possa ser mais complexa do que aparenta.

---

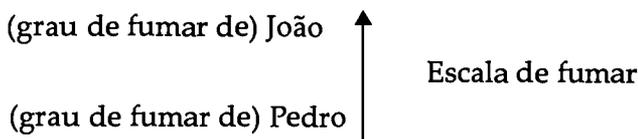
<sup>9</sup> SAINSBURY (1988, p.37) oferece um exemplo interessante: a vagueza da palavra 'pérola': "Consider the word "pearl". [...]. Anything made of the correct material and formed in an oyster counts as a pearl. Anything not of the right material is not a pearl. However, there are borderline cases. What should we say of a pearl-shaped lump of pearl-material that has somehow been synthesized outside of any oyster? I suggest that the sense of "pearl" does not settle this question; so "pearl" count as vague [...]".

Ainda outra maneira de distinguir ambigüidade de vagueza encontra-se no seguinte teste (proposto por GILLON (1990)): uma sentença ambígua pode ser verdadeira e falsa numa mesma situação dependendo da interpretação acionada (trata-se da máquina debulhadora de Ilari). O que não ocorre com a vagueza. Uma expressão é vaga se há casos em que não há resposta definitiva sobre se a expressão se aplica ou não ao objeto ou estado de coisas a que ela se refere.

Por fim, vale salientar que a vagueza, com todas as características que apresentamos, é um recurso fundamental nas línguas naturais e “poupa muito trabalho”. Algumas vezes, precisar uma palavra vaga tem grande utilidade e relevância; é assim, por exemplo, que em termos jurídicos temos o conceito preciso de “menor”. Porém, é também importante que *não* precisemos as palavras vagas.<sup>10</sup> Com relação à vagueza e à “precisificação” de termos vagos, convém ter em mente que “in many cases (virtually always) there is no need to be precise; in some cases (perhaps always) it may not be possible to be precise” (VARZI, 2002, p.246).

Tendo definido vagueza e individualizado esse fenômeno, voltemos à sentença (1) para responder se ela é ou não é vaga.

Suponha que a interpretação dessa sentença seja: ela estabelece uma comparação entre graus da atividade de fumar dos participantes, em relação a uma escala, e posiciona um deles mais à frente do outro nessa escala. Neste caso, podemos, sim, identificar a presença de vagueza, e ela está justamente em delimitar e decidir qual é a *posição* e a *diferença* entre as posições na escala.



---

<sup>10</sup> Como apresenta SAINSBURY (1988, p.28): “[...] take the word “red.” We could replace it by a precise expression, perhaps defined in terms of the physical reflectance properties of surfaces: Call this “red\*.” The trouble would be that we would have no use for “red\*.” “Red” is a word that we can reasonable apply on the basis of unaided observation. We can tell just by looking whether or not something is red; but this is not true of “red\*.” The best we could do would be to use some such rule as: If something is red, there is a good chance that it is red\*. This would enable us to apply “red\*” derivatively. However, application in this way presupposes that we retain “red”; thus “red\*” does not eliminate “red.” Furthermore, “red\*” does not serve the purpose of nonderivative applicability on the basis of observation that was served by “red.”

Sabemos com certeza, levando em conta a idéia de escalas, que João está mais a frente de Pedro, mas exatamente em que posição está João? E Pedro? E quão distantes na escala estão um do outro? Não sabemos e, mais do que isso, não precisamos saber isso para interpretarmos a sentença e capturarmos o seu sentido. Uma sentença como (14) apresenta o mesmo fenômeno: João está mais a frente que Maria na escala de lentidão, mas em que posição está João? E Maria? E quão distantes estão um do outro? De fato, isso acontece com quase todas as sentenças comparativas: no fim das contas, tudo o que sabemos é que um dos participantes está mais à frente do que outro numa certa escala e isso, na imensa maioria das vezes, basta.

Mas, como já dissemos, se for o caso, é possível precisar. Podemos, pois, ter (e de fato temos) sentenças comparativas com posições e diferenças de posições muito precisas:

(23a) João é 10cm mais alto que Maria;

(23b) João tem 1m80 e Maria tem 1m70;

(23c) João tem 1m80 e é 10cm mais alto que Maria, que tem 1m70.

Em (23a) sabemos exatamente a diferença, e em (23b) e (23c) sabemos exatamente as posições e as diferenças na escala. Contudo, como salienta Varzi, não precisamos, nas nossas interações cotidianas, de tais recursos; nesse sentido, podemos considerar tais casos instanciações marcadas em relação ao caso mais geral em que não temos essa exatidão. Raciocínio semelhante se aplica às diferentes interpretações da sentença em (1): elas podem ser precisadas. Por exemplo: João fuma 20 cigarros por dia, dois cigarros a mais do que Pedro; João fuma há 20 anos, dois anos a mais do que o Pedro...

No entanto, a vagueza não explica o fato de que temos, para a sentença em (1), as interpretações de (1a) a (1d). O que mostramos é que essas interpretações, cada uma delas, são vagas, mas não mostramos ainda o que gera essas interpretações.

De uma forma ou de outra, nossas considerações nos dão uma importante pista: o que desencadeia o fenômeno parece ser a determinação (ou a indeterminação) da escala que responde por aquilo que está sendo comparado. Dito de outra forma, o que não sabemos e que é relevante para as interpretações (1a) a (1d) é *qual* é a escala; sabemos, contudo, que

as alternativas de escala são razoavelmente relacionadas, já que todas se referem a “componentes” da atividade de fumar. Na próxima seção, formulamos mais claramente essa conclusão, explicitando o fenômeno responsável.

## Indeterminação

Como ilustra o exemplo (17), sentenças de uma língua podem ser verdadeiras (ou falsas) em inúmeras situações diferentes que não são (e talvez não possam ser) capturadas pelo sentido das sentenças em questão, e esse também parece ser o caso da sentença (1). O que temos que responder aqui então é: a subdeterminação de (17) é o que está por trás de (1), dado que não se trata nem de um caso de ambigüidade, nem de vagueza?

Se dissermos apenas “sim”, muito pouco ganharemos em termos explicativos ou elucidatórios, pois afirmamos que a subdeterminação de (17) é encontrada em qualquer sentença da língua; ora, se assim for, não temos nada para dizer sobre (1) além de ela também ser uma sentença da língua e apresentar subdeterminação. Porém, olhando mais atentamente, vemos que não é (apenas) subdeterminação o que encontramos nessa sentença, mas sim um outro fenômeno, próximo a subdeterminação, que chamaremos de “indeterminação”, mas que deve, não obstante, ser claramente distinguido daquele.

O que temos em (1), se levarmos em conta a análise dessa sentença desenvolvida ao longo das seções precedentes, é o problema de saber *qual* é a escala em que João é posicionado na frente de Pedro. Comparando (17) com (1), temos, muito grosseiramente, que, para (17), sabemos a que estado-tipo de mundo a sentença se refere, *mas não sabemos os detalhes*; para o caso de (1), além de não sabermos todos os detalhes, não sabemos de *qual* escala estamos falando; em termos mais técnicos, temos uma variável de grau, que não mudará de lugar na fórmula lógica atribuída a essa sentença, mas que é indeterminada porque não sabemos qual é a escala que está sendo implicitamente adotada (ou pressuposta), isto é, não sabemos o que ela de fato captura. Suponha um conjunto X de escalas, com três elementos {a, b, c}, em que a é a escala do tempo de fumante; b, a escala do número de cigarros; e c, a escala dos eventos de fumar; diríamos então que, resolvida a indeterminação, ou seja, escolhida a escala {a}, ou {b}, ou {c}, temos ainda, para a escala escolhida, vagueza (relativa a posição

na escala) e subdeterminação, mas teríamos resolvido a questão da indeterminação. Vejamos mais detidamente essa intuição.

Diferentemente do que ocorre na ambigüidade e na vagueza, são poucos os autores que falam em indeterminação<sup>11</sup> e não é seguro que esse termo tenha na literatura o mesmo sentido que ele tem no presente texto; mais uma razão para procedermos com calma. Gillon (GILLON, 1990, p.394, tradução nossa) traz a seguinte definição de indeterminação:

Uma expressão é indeterminada se e somente se há alguma propriedade que não está nem incluída na conotação da referência nem é uma espécie de qualquer propriedade incluída na sua conotação. (GILLON, 1990, p.394,)

Gillon usa conotação para designar o sentido de uma expressão, ou seja, as propriedades que caracterizam o objeto designado pela expressão. Por exemplo, 'quadrado' é indeterminado quanto ao seu tamanho, pois entre as propriedades que constituem a "intenção" (conotação em Gillon) desse termo não se inclui ter um certo tamanho. O termo 'quadrado' pega objetos quadrados de qualquer tamanho. Veja também que essa propriedade não está em relação de hiponímia com qualquer outra propriedade que define o termo. É isso que Gillon afirma quando se refere ao fato de que a propriedade não é de espécie. Ter tal ou qual tamanho não é uma propriedade da espécie figuras geométricas. Considere outro exemplo: o termo 'cachorro' inclui a propriedade 'ser animal', seu hiperônimo (todo cachorro é um animal, mas não vice e versa). Logo, cachorro não é indeterminado quanto a ser animal. Porém, mais uma vez, o tamanho não é uma propriedade que faça parte do sentido de 'cachorro' e nem está presente no seu hiperônimo. Assim, cachorro é indeterminado quanto ao tamanho.

No caso da indeterminação não se está em dúvida sobre se um determinado exemplar, objeto ou situação faz ou não parte do conceito – quadrados muito pequenos são certamente quadrados, embora ser pequeno seja um predicado vago, como vimos na seção anterior. O que está em jogo são propriedades que não interferem na valoração semântica da expressão. O tamanho do quadrado não faz com que algo deixe de ser quadrado. O mesmo se pode afirmar da sentença em (1): a escala adotada não interfere no valor de verdade da sentença; seja qual for a escala, a

---

<sup>11</sup> Não há nada sobre indeterminação em Kempson, em Chierchia ou em Ilari, por exemplo.

sentença é verdadeira se e somente se o grau que João tem do que quer que seja for maior do que o grau que o Pedro tem desse mesmo qualquer que seja.

Ao explorarmos a definição de ambigüidade proposta por Kempson, tivemos que considerar o que seriam estados (muito) diferentes de mundo, justamente para dizer que a ambigüidade acontece quando uma sentença pode referir-se a esses diferentes estados-tipo de mundo e receber valores de verdade diferenciados, a depender do estado do mundo, e abandonamos a caracterização de Kempson, precisamente porque ela se aproxima muito do que sugerimos para (17) e deixa, assim, de refletir uma diferença fundamental entre a maneira de evocar diferentes estados de mundo.

Uma sentença ambígua qualquer se refere a diferentes arranjos dos seus componentes ou a sentidos diferentes de uma ou mais palavras envolvidas numa sentença em particular; nos termos da máquina debulhadora, dada uma situação, uma das interpretações é verdadeira e a outra, falsa. Veja que isso não ocorre em (17): por mais que detalhemos a situação, ela continua verdadeira. Mostramos que o mesmo acontece com (1). Além do mais, nem em (17) nem em (1) há rearranjos na estrutura.

É também muito provável que simplesmente não seja relevante levar em consideração todas essas interpretações para a sentença em (1). Nesse caso, nosso aparelho lingüístico se contenta com uma interpretação de "esboço", isto é, uma interpretação que delinieie situações sem necessidade que todas as propriedades que individualizem uma situação sejam explicitadas, quer porque não seria relevante tal explicitude, quer porque, no final das contas, ela é impossível.

Mas um semanticista que considere que a estrutura tem que estar totalmente expressa na forma lógica, poderia contra-argumentar mostrando que é possível, apesar do que já dissemos na seção sobre ambigüidade, atribuir à sentença em (1) diferentes formas lógicas, uma para cada uma das possibilidades de escala, a depender da variável sobre a qual o operador de grau atua. Teríamos assim, para a interpretação (1a), em que João fuma há mais tempo que Pedro, a seguinte representação (informal):

(1a') O grau  $t(\text{empo})$  tal que João fuma  $t$  é maior que o grau  $t_1$  tal que Pedro fuma  $t_1$ .

Este raciocínio pode ser facilmente estendido para a interpretação (1b) em que está em consideração o número de cigarros:

(1b') O grau  $n$  (úmero) de cigarros tal que João fuma  $n$  é maior que o grau  $n_1$  tal que Pedro fuma  $n_1$ .

Talvez seja possível ampliar essa análise para cobrir outras interpretações, mas certamente ela não cobre todos os casos de indeterminação. Que forma semântica atribuir, por exemplo, a (1c), na qual o que está em jogo são os tipos de cigarro? Que variável é essa? E (1d), em que se fala sobre o tempo transcorrido desde o início do hábito de fumar de João e de Pedro? Não há como justificar tantas variáveis na forma lógica. O que um semanticista como esse está propondo, no fundo, é que uma sentença simples como:

(24) João fuma.

Comporta uma variável de evento, uma variável para número de cigarros, uma variável para tipo de cigarro, uma variável para tempo que ele é fumante, uma variável para tempo transcorrido desde que ele se tornou fumante, uma variável para intensidade de fumar... Essa, certamente, não pode ser a melhor solução.

Esse mesmo argumento pode ser visto no exemplo em (2), em particular na interpretação (2d), em que se afirma que João corre mais longe que Pedro. Nesse caso, seria necessário um tratamento em que na forma lógica esteja representada uma variável para distância percorrida pela corrida de Pedro e de João. Certamente, estamos pedindo demais da forma lógica. Apenas para reforçar o argumento, considere a sentença:

(25) João dança mais do que Maria.

Entre outras interpretações, ela pode significar que João dança melhor do que Maria, ou seja, que se adotamos uma escala de qualidade de dança, João está numa posição superior a Maria. Como inserir uma variável para qualidade da dança na forma lógica?

A solução que nos parece ser a melhor é considerar que sentenças como (1) são indeterminadas quanto à escala adotada. Sua forma lógica diz apenas que dada uma escala (essa informação é pressuposta), é o caso que o grau de João nessa escala é maior do que o grau de Pedro nessa mesma escala, como representado em (1') repetido aqui por conveniência (e ligeiramente alterado):

(1') Há um grau  $d$  tal da atividade de fumar tal que João tem esse grau e Pedro tem o grau  $d_1$  da atividade de fumar e  $d_1 < d$ .

A forma lógica dá a instrução para se buscar uma escala envolvida na atividade de fumar. Qual escala é essa precisamente é uma informação desnecessária que, se preciso, pode ser dada contextualmente. Assim, cabe ao contexto determinar, se necessário, qual é a escala:

(1a'') João fuma por mais tempo do que Pedro.

(1b'') João fuma mais cigarros do que Pedro.

(1c'') João fuma mais tipos de cigarro do que Pedro.

(1d'') João fuma há mais tempo do que Pedro.

Na perspectiva que estamos propondo, a indeterminação é um fenômeno da forma lógica: a estrutura semântica da sentença fornece a informação necessária para referir a uma situação tipo e deixa lacunas em aberto que podem ser preenchidas pelo contexto. Há uma variável de grau que se preenche no contexto. À diferença da subdeterminação, na indeterminação a variável está presente na estrutura semântica; algo muito próximo a um pronome livre. No caso da sentença (1), a variável pode se referir a diferentes tipos de escala: grau de cigarro, grau de tempo, grau de qualidade, grau de... 'Fumar' na representação em (1') indica apenas o domínio onde a escala deve ser buscada. A instrução de interpretação é: busque uma escala no domínio de fumar (escala de cigarros, de tempo de fumar...), contextualmente relevante. Para retomar a definição de Gillon, que não é a mesma que estamos adotando, mas é certamente compatível: a palavra 'cachorro' indica uma busca no domínio de cachorro, que se constitui de cachorros muito diferentes, mas cuja diferença não importa para a atribuição de valor semântico.

## **Conclusão: é possível indicar e justificar qual é a melhor solução ao problema?**

Nesse artigo, iniciamos, na introdução, com uma caracterização rápida e sucinta das sentenças comparativas verbais; em seguida, exploramos a ambigüidade, a vagueza e a indeterminação, com o intuito de identificar as razões e o que está por trás do grande número de interpretações que podemos ter para uma sentença como (1). Fizemos isso através de uma pergunta, que, não por acaso, é o título da conclusão. E, ao fim de nosso

percurso, a resposta que demos a ela é afirmativa: há sim evidências e argumentos para sustentar a hipótese de que o fenômeno que temos em (1) é indeterminação, um fenômeno pouco estudado, mas que merece atenção.

Antes de terminarmos esse artigo, convém dizer que a indeterminação não é uma exclusividade de sentenças comparativas verbais; de fato, podemos encontrá-la em outras estruturas linguísticas. Consideremos os casos abaixo:

(26) João caiu vários degraus da escada e se machucou muito. Isso deixou sua mãe muito preocupada.

(27) João pode sair.

O problema de (26) não tem nada a ver com a comparação. Trata-se antes da interpretação de ‘isso’: o que esse item está recuperando? O que exatamente deixou a mãe de João preocupada: (i) o fato de que ele caiu, (ii) o fato de que ele caiu da escada, (iii) de que ele caiu vários degraus, (iv) de que ele se machucou, (v) de todos esses ingredientes juntos? Parece não haver uma resposta clara. A única coisa de que temos certeza é que ‘isso’ estabelece um domínio de possíveis valores; escolher qual deles é o caso é, na grande maioria dos casos, irrelevante, já que supri-los na forma lógica não altera o seu valor de verdade. Para (27), podemos ter, pelo menos, as seguintes interpretações para a modalidade: João tem permissão de sair (por tudo o que eu sei); João tem capacidade de sair; há uma probabilidade de João sair. Também nesse caso há uma variável que restringe os mundos acessíveis a partir de um mundo de avaliação, cujo preenchimento é contextual.<sup>12</sup>

### **“João smokes more than Pedro”. An exercise in Semantics.**

■ **ABSTRACT:** *The paper discusses the semantic phenomenon of multiple interpretations in verbal comparative sentences such as ‘João smokes more than Pedro’. Three hypotheses are examined: ambiguity, vagueness, and indetermination. One of the aims is a critical analysis of those concepts which are fundamental to semantics. The paper shows that the phenomenon in question is indetermination, a phenomenon distinguished from sub-determination and defined as the presence, in the logical form, of a variable whose domain is contextually given. Finally, other phenomena may also present indetermination,*

<sup>12</sup> Essa análise segue a proposta de KRATZER (1981).

*especially anaphoric reference interpretation of some pronouns and of modal sentences.*

■ **KEYWORDS:** *Semantics. Ambiguity. Vagueness. Indeterminacy.*

## Referências

CHIERCHIA, G. **Semântica**. Campinas e Londrina: Editora da Unicamp e Eduel, 2003.

GILLON, B.S. Ambiguity, Generality and Indeterminacy. **Synthese** 85: p.391-416, 1990.

ILARI, R. A noção semântica de ambigüidade. **Veredas: revista de estudos lingüísticos**. Juiz de Fora, vol.1, n.1, p.51-71, 1997.

KEMPSON, R. **Semantic Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

KLEIN, E. Comparatives. In: STECHOW, A. von & WUNDERLICH, D. (eds.) **Semantik: Ein Internationales Handbuch der Seitgnössischen Forschung**. Berlin: Walter de Gruyter, p.673-691, 1991.

KRATZER, A. The Notional Category of Modality. In: EIKMEYER, H.J. & RIESER, H. (eds.) **Words, Worlds, and Contexts. New Approaches in Word Semantics**. Berlin: Walter de Gruyter. p.38-24, 1981.

MENDES DE SOUZA, L. **A semântica da comparação**. Alguns problemas levantados pelas comparativas com predicados verbais. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

SAINSBURY, R.M. **Paradoxes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

TRASK, R.L. **Dicionário de Linguagem e Lingüística**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

von STECHOW, A. Comparing semantic theories of comparison. **Journal of Semantics**, n. 3, p.1-77, 1984.

VARZI, A. Events, Truth, and Indeterminacy. **The Dialogue**, 2, p.241-264, 2002.

VENDLER, Z. Verbs and Times. In: **Linguistics and Philosophy**. Ithaca: New York, 1967